

JUDICIÁRIO

Big techs na agenda do STF

Com incerteza no Congresso sobre o PL das Fake News, Supremo pode definir esta semana as regras para responsabilização das plataformas

» HENRIQUE LESSA
» LUIZ CARLOS AZEDO

O julgamento de quatro ações sobre o Marco Civil da Internet, marcado para quarta-feira pela presidente do Supremo Tribunal federal (STF), ministra Rosa Weber, acirra o debate sobre fake news no Congresso, que deve instalar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro nesta semana, enquanto a Câmara retoma a discussão sobre a regulamentação das big techs no Brasil, cuja votação estava prevista para amanhã. O julgamento no Supremo terá repercussão geral, ou seja, passará a valer como regra em todas as instâncias da Justiça.

Às vésperas do julgamento, o clima no Congresso deve ficar pesado por causa da instalação da CPMI dos Atos Golpistas. O alvo principal da oposição é o ministro Alexandre de Moraes, do STF, responsável pelo inquérito das milícias digitais e das investigações da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro. O ministro também é responsável pelo inquérito que investiga a notícia-crime do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), contra os representantes do Google e do Telegram. Segundo Lira, as duas empresas realizaram “uma sórdida campanha de desinformação, manipulação e intimidação, aproveitando-se de sua posição hegemônica no mercado”, contra o PL das Fake News.

Os principais partidos do governo e da oposição já indicaram seus representantes na CPMI. Embora o governo tenha maioria na comissão, a tropa de choque do bolsonarismo no Congresso está escalada: os senadores Eduardo Girão (Novo-CE), Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Damares Alves (Republicanos-DF), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES) e Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG); e

Nelson Jr./SCO/STF



Marcado para quarta-feira, julgamento sobre Marco Civil da Internet no Supremo passará a valer como regra em todas as instâncias

os deputados André Fernandes (PL-CE), autor do requerimento de criação da comissão, Delegado Ramagem (PL-RJ), Nikolas Ferreira (PL-MG), Filipe Barros (PL-PR) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O time governista é bastante experiente, mas nada impedirá que a CPI seja transformada num circo midiático pela oposição. Os senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Rogério Carvalho (PT-SE) e as deputadas Erika Hilton (PSol-SP) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) estão entre os governistas mais combativos.

O julgamento de quarta na

Suprema Corte refere-se a quatro processos. O primeiro é o recurso extraordinário (RE) 1037396, solicitado pelo próprio Facebook, que é relatado pelo ministro Dias Toffoli. Questiona em que condições os provedores de aplicativos, como redes sociais, podem ser responsabilizados civilmente por danos causados em razão de conteúdos de terceiros.

Está em jogo a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, pelo qual os provedores de internet, websites e redes sociais só têm responsabilidade civil por postagens e mensagens

ilícitas de terceiros após uma decisão judicial para excluir o conteúdo. Esse é um dos temas mais polêmicos do projeto de lei (PL) 2.630/20, o PL das Fake News, relatado na Câmara pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

O segundo, é o RE 1057258, recurso de iniciativa do Google, a cargo do ministro Luiz Fux, que trata de as empresas de internet tomarem a iniciativa para retirar conteúdos considerados criminosos ou ofensivos de suas plataformas. Relatada pela ministra Rosa Weber, a terceira é a Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADI) 5527, que questiona a obrigatoriedade das big techs disponibilizarem registros e comunicações privadas dos usuários em resposta a decisões judiciais. A quarta e última, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 403, sob relatoria do ministro Edson Fachin, que trata da suspensão pela Justiça de aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram.

Projeto em espera

Apesar de o PL das Fake News estar na Câmara dos Deputados há

quase três anos, só agora a proposta ganhou prioridade pela iniciativa do governo e do presidente da Casa. A votação do texto em 2 de maio acabou em impasse e o relator do projeto, deputado Orlando Silva, solicitou a retirada da matéria para “consolidar a incorporação de todas as sugestões que foram feitas e unificar o Plenário da Câmara dos Deputados, combater a desinformação e garantir a liberdade de expressão”.

Passadas quase duas semanas, o relator disse ao **Correio** que espera que a nova versão do texto seja lida esta semana na Câmara. “Eu trabalho para o consenso. Regulação de redes sociais é um tema em debate no mundo inteiro, o objetivo é valorizar as maravilhas que a internet produz e cuidar de efeitos colaterais”, disse o parlamentar.

Para Silva, não há pressão da Corte com a pauta de julgamentos da semana. “O STF tem suas atribuições, o Congresso Nacional tem outras. Não vejo pressão do Supremo”, pondera. O relator precisará lidar com a forte resistência da oposição, em especial da bancada bolsonarista, que vem se empenhando em chamar o projeto de “PL da Censura”.

A iniciativa das plataformas de disseminar opiniões contrárias e distorcidas sobre o projeto provocou reações dos Três Poderes. Não podemos agora ser servos dessas big techs, não podemos, por propósitos argumentativos, estar submetidos ou nos submeter a um risco imenso”, apontou ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo, em entrevista ao programa *CB.Poder*, uma parceria do **Correio** com a *TV Brasília*.

A posição de Mendes revela uma tendência do Supremo na votação: “Não estamos discutindo apenas o problema dos ataques nas redes sociais, estamos discutindo democracia, porque há uma perturbação da democracia”.

Acerto de contas: políticos enfrentam batalhas na Justiça

» LUANA PATRIOLINO

O ano de 2023 será estratégico para o cenário político brasileiro. Além de ser marcado pelo terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Justiça tem fechado o cerco contra os agentes públicos suspeitos de cometerem crimes enquanto ocupavam cargos eletivos. Um dos julgamentos mais esperados é o do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da operação Lava-Jato. Amanhã, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisa um recurso de partidos contestando a elegibilidade do ex-procurador.

As agremiações argumentam que Dallagnol deveria ser barrado pela lei da ficha limpa, ao ter deixado a carreira de procurador tendo pendentes processos administrativos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O processo está nas mãos do ministro Benedito Gonçalves, e nos bastidores a expectativa é que o ex-coordenador da força-tarefa tenha o mandato cassado.

Na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir o futuro do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor de Mello. O ministro Edson Fachin iniciou a leitura do voto no julgamento de uma ação penal contra o político e entendeu haver materialidade e autoria do crime de corrupção passiva.

O ex-chefe do Executivo e outras duas pessoas são réus por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O caso se refere à investigação de supostas propinas em contratos da BR Distribuidora — antiga subsidiária da Petrobras na venda de combustíveis — e originado por meio da Lava-Jato.

Nesta semana, o ex-juiz da Lava-Jato Sergio Moro (União-PR), eleito senador, também deverá apresentar sua defesa na denúncia de calúnia apresentada pela

Procuradoria-Geral da República (PGR). A ação se refere ao comentário dele que, em vídeo, falou em “comprar um habeas corpus do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes”.

Na representação entregue à Corte, o Ministério Público Federal (MPF) sugeriu que o parlamentar seja condenado e perca o mandato, caso a pena aplicada seja superior a quatro anos de prisão.

Outra ação de grande repercussão é do ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. Na última semana, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, liberou o julgamento de um habeas corpus da defesa do político, que questiona a sua condenação por peculato. Ele foi sentenciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2019, quando era governador do Amapá.

Na avaliação do advogado Cristiano Vilela, especialista em direito eleitoral, o país possui instrumentos judiciais suficientes capazes de proteger o Estado e mostra-se positivo, especialmente nos últimos 30 anos. “Esse processo se desenvolveu ao longo dos anos, muitas vezes superando barreiras e em outras praticando exageros, mas o fato é que o Brasil avançou no sentido de diminuir fortemente a impunidade dos mais poderosos”, destacou.

Vilela apontou que, mesmo com o balanço positivo, também há uma série de abusos “os quais devem ser reconhecidos e corrigidos. A operação Lava-Jato talvez tenha sido o mais evidente, mas longe de ser o único”, afirmou. “Como aspecto negativo, resalto o certo desprezo que se gerou em relação aos direitos políticos e ao exercício do mandato eletivo. Hoje em dia, temos um rol amplo e variado de inelegibilidades, as quais sequer precisam de sentença transitada em julgado, o que faz o Brasil contrariar fortemente a Convenção



TSE analisa recurso contra Dallagnol amanhã. Partidos contestam elegibilidade do ex-procurador da Lava-Jato

Americana de Direitos Humanos e outros diplomas internacionais”, concluiu.

Bolsonaristas

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou ao Brasil há um mês e meio e, por aqui, tem enfrentado suas pendências com a Justiça. No mesmo sentido, os maiores expoentes do bolsonarismo também têm sido alvo de novas investigações e inquéritos em andamento. Nesta semana, o TSE condenou em R\$ 30 mil os deputados federais Nikolas Ferreira (PL-MG), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

por disseminação de notícias falsas contra o presidente Lula na campanha eleitoral de 2022.

Individualmente, esses parlamentares devem passar por outras batalhas judiciais. Nikolas corre o risco de perder o mandato por ser acusado do crime de transfobia. Em 8 de abril, no Dia da Mulher, o governo federal pediu a cassação e investigação do deputado pelo episódio em que ele usou uma peruca para ironizar mulheres trans durante discurso na tribuna da Câmara.

A solicitação foi realizada por meio de nota técnica do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Paralelo a isso, o Ministério Público de Minas Gerais

também denunciou o bolsonarista pelo mesmo delito.

Carla Zambelli é investigada por perseguir armada um homem na véspera da eleição presidencial. A deputada, uma das maiores aliadas de Bolsonaro — derrotado nas urnas — apareceu em um vídeo gravado, nos Jardins, bairro nobre de São Paulo, com uma arma na mão correndo atrás do jornalista Luan Araújo. O caso está nas mãos do ministro Gilmar Mendes.

Filho do ex-presidente, o vereador Carlos Bolsonaro está cada vez mais perto de responder criminalmente pela prática de “rachadinha”. O Ministério Público do Rio de Janeiro obteve um laudo que revela 688

» Collor: PGR pede 22 anos de prisão

O Supremo Tribunal Federal deu início ao julgamento de Fernando Collor, réu por corrupção passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro. A ação foi aberta a partir de investigações da Lava-Jato. Interrompido, o julgamento será retomado nesta quarta. Collor foi acusado pela Procuradoria-Geral da República, que defende a condenação do ex-presidente a 22 anos e oito meses de prisão, de receber mais de R\$ 29 milhões em propinas, entre 2010 e 2014, em troca do superfaturamento de contratos da BR Distribuidora, na época uma subsidiária da Petrobras. A denúncia afirma que ele, na época senador, tinha influência política na estatal e fez indicações estratégicas em diretorias para “aparelhar” a empresa. Ele nega as acusações.

depósitos feitos por seis funcionários nomeados na conta bancária de seu chefe de gabinete.

O próprio Jair Bolsonaro também pode ficar inelegível ao ser condenado pela Justiça. Além de inquéritos que correm nos tribunais superiores como, por exemplo, a investigação das joias sauditas e o suposto envolvimento intelectual em atos golpistas, ele entrou na mira da operação Venire, da Polícia Federal, que apura um esquema de inserção de dados falsos da vacina da covid-19 no sistema do Ministério da Saúde. O ex-chefe do Executivo ainda é citado em inquéritos da Suprema Corte: milícias digitais, fake news e vazamento de dados sigilosos.